

LETRAS: PALAVRAS, TEXTOS E CONTEXTOS

NA PERMANÊNCIA DA UTOPIA

*Inara de Oliveira Rodrigues**

A reflexão sobre o papel do profissional de Letras, mais especificamente do professor que se forma nesse campo do conhecimento humano, aponta para a sua responsabilidade diante da permanência da utopia, entendida como horizonte de ação para a transformação social. Não se trata, porém, de um enfoque diretamente pedagógico ou didático mas, sim, de efetuar-se um questionamento quanto à dimensão ética de sua (nossa) atuação e, mais especificamente, sobre aspectos relacionados à literatura. Nesse sentido, e por desdobramento, trata-se, portanto, de uma análise sobre a dimensão ética e o potencial utópico do próprio fenômeno literário.

* Professora do curso de Letras do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (RS). O presente artigo foi adaptado do texto apresentado na Aula Inaugural do curso de Letras da UNIFRA, em 16.04.2002.

Nos últimos seis anos, pesquisando sobre as relações entre história e ficção, passei a estudar um movimento literário português da década de 40, o Neo-Realismo, que, por sinal, desenvolveu-se sob forte “influência” do nosso (brasileiro) “Romance de 30”. As obras néo-realistas, através de escritores como Alves Redol, que foi um de seus maiores expoentes, tinham a preocupação de questionar a realidade histórica portuguesa, então dominada pela ditadura salazarista: António de Oliveira Salazar foi o primeiro-ministro, empossado em 1928, que, em 1933, deu um golpe político-militar, instaurando o Estado Novo e impondo um regime de ditadura que duraria até 25 de abril de 1974. Esse questionamento se fazia mediante as concepções do materialismo dialético marxista, procurando, muitas vezes de forma simbólica, tendo em vista a censura política, desmascarar as forças da repressão, as injustiças sociais, o atraso cultural, enfim, os muitos e sérios problemas que a sociedade portuguesa enfrentava.

Do Neo-Realismo passei, então, a conhecer os principais aspectos, momentos e obras da literatura portuguesa e constatei o quanto, apesar das muitas transformações históricas e culturais, permanecia forte a presença da história no interior dos mundos romanescos. Foi assim que levantei, a partir dessa constatação, a hipótese de que essa permanência de elementos históricos tinha a ver com a não-resolução da maioria daqueles problemas levantados pelo Neo-Realismo. E que, portanto, permaneceriam válidos muitos de seus valores, de seus sentidos axiológicos. A grande diferença residiria em que as respostas dadas pelo Neo-Realismo, quer dizer, as certezas que tinha com relação aos postulados marxistas de revolução, de transformação social, passaram a ser concebidas como perguntas que, infelizmente, ainda estariam (e estão) na ordem do dia da realidade portuguesa contemporânea¹. Essas perguntas, portanto, apontariam, também, para a permanência do componente utópico presente nas obras literárias e, de resto, afirmariam a dimensão ética de todo fenômeno literário.

Para dar conta dessa proposta de investigação, defini a obra *Barranco de cegos* (1962), de Alves Redol, como paradigma das proposições estético-ideológicas do Neo-Realismo e, como contraponto para a defesa de minha tese, as obras *Balada da praia dos cães* (1982), de José Cardoso Pires, e *As Naus*, de António Lobo Antunes. Desta forma construí a minha tese, que levou o título de *Entre a História e a ficção: diálogo de várias vozes no resgate da utopia*.

Em *Barranco de cegos*, Alves Redol nos conta a história de um latifundiário, quase um senhor feudal, o potentado Diogo Relvas, que exerce

¹ E, por extensão, da atual situação mundial, na qual persistem as injustiças, a desigualdade, a exploração, enfim, as problemáticas relações sociais.

poder absoluto sobre a família, tem forte influência política, mas que, no decurso dos últimos anos de sua vida, vai entrando em decadência – a narrativa se passa entre meados do século XIX e os primeiros anos do século XX, quando em 1910 é proclamada a República. Esses “novos” tempos marcam a derrocada do senhor de Aldebarã, que se retira para uma alta torre, continuando a monitorar o destino do seus, e lá morre, mas se mantém a farsa através de seu neto, que o empalha, até que um pássaro quebra um vidro de uma das janelas da torre, provocando a destruição daquele corpo empalhado, que se transforma em pó, a cobrir, como um nevoeiro, toda a região. Metáfora, praticamente uma alegoria dos destinos do país, o que impressiona nesse texto é quanto ele previu o desenrolar da História portuguesa, se pensarmos que, em 1968, Salazar “morre” para a política, em função de um derrame, sendo substituído por Marcelo Caetano, mas mantendo-se a farsa de seu poder (Salazar morreu em 1970).

Já *Balada da Praia dos Cães* é uma narrativa que reconstitui a história de um crime: o assassinato do Major Dantas, cujo corpo é encontrado por um pescador que segue uma matilha de cães a farejarem o cadáver. Todo o romance se desenrola no ritmo de um inquérito policial, sendo um investigador da PIDE (a Polícia Interna de Defesa do Estado), Elias Santana, o personagem central a desdobrar o caso, que acaba se revelando: o major foi morto por seus companheiros (um cabo, um tenente e a amante do Major, Mena), quando estavam todos presos numa casa, organizando um golpe contra a ditadura, mas não resistiram à pressão psicológica imposta pelo líder, que estava extrapolando seu poder com ações ditatoriais, beirando a insanidade. Revela-se, na verdade, o duplo a que leva o poder arbitrário imposto a uma sociedade: a ideologia “cola” nas pessoas, de tal forma que elas seguem reproduzindo as doenças do sistema. Denunciar os processos fraudulentos e toda loucura do poder dominante é a tônica da obra, acenando para a necessária “revisão” crítica da História oficial.

E, finalmente, em *As Naus*, o enfoque recai sobre o processo revolucionário português que não conseguiu efetivamente resolver os problemas do país, sendo um deles o destino dos retornados de África. Para dar conta disso, nada mais nada menos do que os grande vultos do passado glorioso português encarnam esses retornados: Vasco da Gama, Camões, o rei D. Manuel, entre tantos outros, reaparecem de forma miserável, degradados por anos de decadência, o que, provocando o rebaixamento, leva a um humor amargo e corrosivo. O final do livro mostra um Camões tuberculoso, na beira da praia, esperando o cavalo de D. Sebastião, quer dizer, enquanto o futuro do país continuar sendo sonhado com os olhos voltados para o passado, não há ressurreição real para os vivos.

Depois das primeiras leituras, percebi que precisava ter contato direto com as fontes portuguesas. Assim, elaborei um projeto que, contando com as fundamentais observações de minha orientadora, Professora Doutora Maria Luíza Ritzel Remédios, felizmente foi aceito pelo CNPq e, na modalidade “bolsa-sanduíche”, tive aprovação para ficar seis meses em Portugal, sob a co-orientação do Professor Doutor Carlos Reis, da Universidade de Coimbra; daí ser esta a cidade de meu destino².

O aprendizado, que essa bolsa de estudos me proporcionou, claro está que ultrapassou em muito o objetivo específico a que se destinou, pois o contato direto com a realidade e a cultura portuguesas foram conhecimentos inestimáveis. O tempo, na verdade, não foi suficiente para que eu pudesse dar conta de tantos e ricos aspectos da vida em Portugal, mas serviu para algumas constatações que, mesmo genéricas, nos proporcionam um alargamento de perspectivas, fazendo com que possamos ter uma outra leitura muito mais rica das próprias obras literárias e, mais do que tudo, a contrapelo, nos remete a um questionamento de nossa própria realidade brasileira.

É interessante mencionar o quanto os portugueses nos conhecem, muito mais do que nós a eles, o que é apontado, em parte, como consequência da grande popularidade de nossas novelas de televisão. Daí se perceber o quanto se sentem mais ou menos familiarizados com algumas de nossas gírias, ou com o nosso jeito de falar como um todo, enquanto nós estranhamos muitos dos termos lusitanos. Para dar alguns exemplos: a expressão “sabe-me muito bem”, quando se gosta de algum prato ou bebida³, ou a engraçada, para nós, palavra “camisola”, utilizada como sinônimo de camiseta (inclusive a de times/ “equipas” de futebol), entre tantos outros termos que nos causam uma estranheza divertida.

² Além da preciosa contribuição profissional e da amizade do Professor Carlos Reis e de sua mulher, Isabel Cristina, minha estada em Coimbra foi igualmente muito feliz, porque contei com o apoio direto da Professora Doutora Maria do Rosário Cunha que, juntamente com Jorge Castilhos, proporcionaram-me um conforto material e espiritual, cujo agradecimento será para sempre impossível de ter medida adequada. Nomeá-los, aqui, e sempre que toco nesse assunto, é uma das formas singelas que encontro para demonstrar o meu eterno reconhecimento e a minha gratidão. Além disso, foi fundamental o incentivo que recebi dos amigos da Universidade Aberta, de Coimbra, que tão generosamente comigo conviveram.

³ Vale lembrar a relação etimológica, tão bem apontada por Barthes, entre sabor e saber, em *Aula* (1978): “Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama *pesquisar*. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de *desaprender*, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousei tomar aqui sem complexo, na própria encruzilhada de sua etimologia: *Sapientia*: nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria e o máximo de sabor possível” (grifos do autor) (p. 47).

Mas, além disso, se levarmos em conta o maior desenvolvimento socioeconômico e cultural de Portugal diante do nosso subdesenvolvimento, constatamos que o mercado editorial de lá é muito superior ao nosso, o que oportuniza livros a preços muito mais em conta do que os brasileiros e, ainda que não somente por isso, uma também maior intimidade com a nossa produção literária.

De todo modo, pode-se dizer que, felizmente, o Brasil e seu povo são muito bem vistos pelos portugueses. Em que pese todo tipo de generalidade, acrescente-se ainda o quanto parte da intelectualidade portuguesa tem a preocupação política de questionar a sua realidade sob a perspectiva de um novo enfoque, não mais medido pelos parâmetros eurocêntricos, mas voltados à possível construção de uma comunidade lusófona, em que interagissem os interesses dos países irmanados pela língua portuguesa. De certa forma, esta seria uma das respostas ao desejo permanente de transformação social almejada por todos aqueles que não aceitam a exclusão social, as injustiças de toda ordem, seja no seu país seja no mundo.

É esse desejo, esse querer colocado no futuro, mais distante ou menos de uma outra realidade, que defino aqui como permanência da utopia, encontrada, de variadas formas, na literatura portuguesa contemporânea, numa espécie de constante diálogo com as construções artísticas e literárias precedentes.

Começo, então, pelo último termo do título que escolhi para nomear esta reflexão: a utopia. Muitas são as definições que encontramos sobre ele. Do *Dicionário Aurélio*:

utopia. [Do lat. mod. *utopia* < gr. *ou*, 'não', + gr. *tópos*, 'lugar', + gr. *-ia*, (v. *-ia'*).] S. f. 1. País imaginário, criação de Thomas Morus (1480-1535), escritor inglês, onde um governo, organizado da melhor maneira, proporciona ótimas condições de vida a um povo equilibrado e feliz. 2. P. ext. Descrição ou representação de qualquer lugar ou situação ideais onde vigorem normas e/ou instituições políticas altamente aperfeiçoadas. 3. P. ext. Projeto irrealizável; quimera; fantasia: "a reeleição indefinida de Borges [Borges de Medeiros] chocava-se evidentemente com as garantias liberais do regime no caso concreto do Brasil, onde a legalidade norte-americana era um mito, a independência dos poderes uma irrisão, o desprendimento de George Washington uma *utopia*" (Afonso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República*, II, pp. 563-564).

Thomas Morus publicou *Um livreto deveras precioso e não menos útil do que agradável sobre o melhor dos regimes de Estado e a Ilha da Utopia*, que ficou conhecido simplesmente como *Utopia*, em 1526. Vivendo as mazelas da realidade inglesa, no reinado de Henrique VIII, conhecedor das novidades maravilhosas que se narravam, então, sobre o Novo Mundo, o propósito de Morus era, justamente, denunciar os problemas de seu tempo, num estilo que se aparentava com os diálogos platônicos, também uma de suas fontes de inspiração (sobretudo com os diálogos da *República*).

Interessa-me vincar aqui, sobretudo, o sentido de utopia como um permanente vir-a-ser que nos serve de horizonte de ação, que nos impulsiona a construir o futuro a partir de um agora que não aceitamos; quer dizer, interessa-me o sentido de utopia como humanização da vida, se por isso entendermos a luta contínua contra a resignação paralisante.

Existe um conto de Miguel Torga, escrito em 1940, que ilustra, com muita força, esse último aspecto, a necessidade de não nos acomodarmos – chama-se “Vicente”, nome do corvo que representava a sua espécie na arca de Noé. Indignado com a injustiça divina que, ao punir os homens, punia igualmente os animais, mantendo-os presos naquele refúgio da imensidão das águas, o pássaro negro, desafiando os desígnios do criador, resolve voar, evadir-se da arca, para surpresa, admiração e profundo reconhecimento dos demais animais. Após algum tempo, todos avistam um pequenino monte, sobre o qual se sustinha Vicente. O final da narrativa merece ser lida textualmente:

Noé e o resto dos animais assistiam mudos àquele duelo entre Vicente e Deus. E no espírito claro ou brumoso de cada um, este dilema, apenas: ou se salvava o pedestal que sustinha Vicente, e o Senhor preservava a grandeza do instante genesíaco - a total autonomia da criatura em relação ao criador - ou, submerso o ponto de apoio, morria Vicente, e o seu aniquilamento invalidava essa hora suprema. A significação da vida ligara-se indissolavelmente ao ato de insubordinação. Porque ninguém mais dentro da Arca se sentia vivo. Sangue, respiração, seiva de seiva, era aquele corvo negro, molhado da cabeça aos pés, que, calma e obstinadamente, pousado na derradeira possibilidade de sobrevivência natural, desafiava a onipotência. Três vezes uma onda alta, num arranco de fim, lambeu as garras do corvo, mas três vezes recuou. A cada vaga, o coração frágil da Arca, dependente do cora-

ção resoluta de Vicente, estremeceu de terror. A morte temia a morte.

Mas em breve se tornou evidente que o Senhor ia ceder. Que nada podia contra aquela vontade inabalável de ser livre.

Que para salvar sua própria obra, fechava, melancolicamente, as comportas do céu (Torga, 1996, p. 135).

Entre as inúmeras conclusões a que se pode chegar com esse belíssimo texto, tem-se que o contrário da vida não é a morte, mas a falta de liberdade. Dessa forma, acredito que essa é a condição fundamental de toda utopia: a nossa liberdade de pensamento e ação.

Além disso, Paul Ricoeur, filósofo francês contemporâneo, em seu livro *Utopia e Ideologia*, já disse que sem utopia nenhuma sociedade pode existir: uma sociedade sem utopia estaria morta, porque deixaria de ter qualquer projeto, quaisquer metas prospectivas.

E é aí que entra um CONTEXTO que quero sublinhar: o final dos anos 80 e boa parte dos 90 do nosso passado século XX, quando alguns acontecimentos marcantes mudaram a face do mundo. Falo no processo da *Perestroika* (reestruturação econômica) e da *Glasnot* (transparência política), na queda do muro de Berlim, na derrocada do regime comunista soviético e na abertura da China ao sistema capitalista. Nessa época proclamou-se a vitória do capitalismo e chegou-se mesmo a falar em fim da História, como sugeriu o historiador Francis Fukuiama no seu livro intitulado *O fim da história e o último homem*. A partir daí espalharam-se idéias e argumentos contra toda e qualquer forma de se pensar criticamente o mundo – tornava-se defunta, juntamente com a História, qualquer noção de utopia.

No meio acadêmico, nos currículos dos cursos de Letras, passavam a ganhar cada vez mais espaço as teorias advindas do pós-estruturalismo, desconstrutivismo, entre outras, que defendiam uma versão pós-moderna para os estudos linguísticos e literários. Com o perigo de se cair em reducionismo, pode-se dizer que, com teóricos como Michel Foucault, Baudrillard, Derrida e outros, tornavam-se obsoletas quaisquer “leituras” que procurassem definir sentidos críticos para o real, então denominadas, por Jean-François Lyotard, de “metanarrativas”, ou seja, noções de totalidade, de razão científica enfim. Uma das “metanarrativas” mais questionadas foi o marxismo.

Vou deter-me muito rapidamente em alguns aspectos que definem, mesmo sucintamente, as principais concepções marxistas⁴:

⁴ Os objetivos e o espaço desta reflexão não permitem um aprofundamento do assunto, mas deve-se ressaltar o quanto não é nada simples compactar as várias tendências, leituras e abordagens do pensamento marxista.

- O pensamento marxista define-se pelo materialismo histórico e dialético, quer dizer, pela concepção de que a vida humana é regida pelas relações sociais de produção, que se modificam histórica e contraditoriamente, isto é, pelo embate entre os diferentes interesses das classes sociais;
- No sistema capitalista, a classe proprietária dos meios de produção é a burguesia, enquanto a classe trabalhadora só tem a sua mão-de-obra para oferecer no mercado - a exploração sistemática dos trabalhadores é a garantia do lucro da classe dominante, que tem a sua disposição as forças políticas e repressivas do Estado que a representa;
- A única forma de superação da exploração da classe trabalhadora é a revolução social posta em marcha pelo operariado - uma vez desencadeado o processo revolucionário, chegar-se-ia à sociedade comunista, onde seria abolida a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, a exploração do trabalho, levando ao fim da existência de classes e do Estado burguês, edificando-se uma vida igualitária para todos.

Ora, certamente, em defesa da própria noção de processo histórico, parte dessas concepções tornaram-se, no mínimo, frágeis e questionáveis. Sobretudo com a transnacionalização do capital através das empresas multinacionais, do processo crescente de informatização, de aceleração tecnológica, enfim, a realidade mundial foi profundamente alterada e a questão fundamental do sujeito histórico ficou sem resposta - ganharam espaço os movimentos sociais das minorias, das mulheres, dos negros, enfoques mais ou menos politizados sobre a ecologia, enfim, pulverizou-se a ação política.

Por outro lado, não restam dúvidas de que muitos problemas estruturais não mudaram, não foram resolvidos, sobretudo no terceiro mundo. Se já não é mais terceiro, porque desabou o segundo mundo comunista, permanece o termo sempre identificado com subdesenvolvimento, pobreza e atraso. E os problemas não mudaram também em muitos países desenvolvidos, onde é crescente a taxa de desemprego e de desigualdade social.

Daí a leitura que faço, proposta na minha tese, de que se deve encarar o marxismo como uma força viva e pulsante, transformando-se suas respostas em perguntas, uma vez constatado que, infelizmente, elas continuam presentes na realidade em que vivemos. Trata-se de entender alguns sentidos axiológicos do marxismo, seus valores, como a PERMANÊNCIA da utopia, como um dos TEXTOS que nos permitem ler criticamente a vida.

Importa, para mim, reforçar que a palavra texto se origina do latim “tecido”. De forma plural, é através desses tecidos, tramados com idéias expressas em palavras, que se constroem os sentidos da linguagem, literária ou não, claro está. Mas, pensemos nos textos literários, mais diretamente.

Sem nos adentrarmos em questões mais aprofundadas, pode-se propor esta definição:

Texto literário é aquele que configura um universo de natureza ficcional, com dimensão e particularizações muito variáveis. (...)

Mesmo do ponto de vista etimológico, essa condição ficcional está ligada ao conceito de fingimento. Em latim *fingere* significa plasmar, formar - então, a noção de fingimento artístico coloca-se para além das noções de verdadeiro e falso, definindo-se por uma autonomia estética. (...)

A mencionada independência estética, remetendo para o carácter não utilitário do texto literário, autoriza-o a configurar no seu seio um *mundo possível* , construção semiótica específica cuja existência é meramente textual (Reis, 1997, p. 170).

Sendo assim, não é nada difícil reconhecermos o quanto esses mundos imaginados forjam ideais e utopias. A utopia da nacionalidade, por exemplo, tão buscada pelo Romantismo, como se depreende das palavras de Almeida Garret, de 1843:

Estava corrido o primeiro quarto deste século, quando a reacção do que se chamou Romantismo, por falta de melhor palavra, chegou a Portugal.

Vamos a ser nós mesmos, vamos a ver por nós, a tirar de nós, a copiar de nossa natureza (...). O que é preciso é estudar as nossas fontes poéticas primitivas, os romances em verso e as lendas em prosa, as fábulas e as crenças velhas, as costumeiras e as superstições antigas (...). O tom e o espírito verdadeiro português esse é forçoso estudá-lo no grande livro nacional, que é o povo e as suas tradições e as suas virtudes e os seus vícios, e as suas crenças e os seus erros. E por tudo isso é que a poesia nacional há-de ressuscitar verdadeira e legítima. [“Introdução” ao *Romanceiro*, apud Reis, 1997].

Ou a utopia da cientificidade, da arte a serviço da razão intelectual mais positiva, como queria o Realismo, na sua expressão mais acabada em termos de programa estético, que foi o Naturalismo:

O Naturalismo é a forma científica que toma a arte, como a República é a forma política que toma a democracia,

como o positivismo é a forma experimental que toma a filosofia.

Tudo isto se prende e se reduz a esta fórmula geral: que fora da observação dos fatos e da experiência dos fenômenos, o espírito não pode obter nenhuma soma de verdade.

Outrora uma novela romântica, em lugar de estudar o homem, inventava-o. Hoje o romance estuda-o na sua realidade social. Outrora no drama, no romance, concebia-se o jogo das paixões *a priori*; hoje, analisa-se *a posteriori*, por processos tão exatos como os da própria fisiologia. (...) A arte tornou-se o estudo dos fenômenos vivos e não a idealização das imaginações inatas... [Eça de Queirós, “Idealismo e Realismo” (1879), *apud* Reis, 1997].

Até que o Modernismo se propõe a pôr em cheque esses ideais, em nome de uma visão mais original e criativa da arte, num mundo desencantado diante da iminência de um conflito mundial, até então jamais imaginado nas reais proporções de extermínio que acabou tomando. No entanto, nas suas multiformes versões, temáticas como o nacionalismo, o regionalismo, a fragmentação do sujeito, entre outras, não deixaram de contemplar a utopia – o acreditar na força da arte como arma destinada ao choque, ao corte crítico com o passado e com perspectivas de futuro, em nome de um presente absolutamente carente de sentido. Não fosse assim, não seriam tantos os manifestos e as palavras-de-ordem a quererem reinventar o mundo.

Não se pode deixar de mencionar, aqui, o maior de todos os poetas do Modernismo português e um dos maiores de todos os tempos, que é Fernando Pessoa. Em diálogo com a tradição, num renovado sentido do mito sebastianista, escreveu seu único texto em vida publicado, a *Mensagem*, de 1934. Nele temos a utopia de um quinto império português – não mais fundado em conquistas náuticas e territoriais, mas que se precisa cumprir pelo potencial de sua cultura.

Selecionei, nesse sentido, o seguinte poema:

*O INFANTE*⁵

*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse já não separasse.
Sagrou-te e foste desvendando a espuma.*

⁵ Pessoa, 1990, p. 53.

*E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo até o fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir redonda do azul profundo.*

*Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal.*

O diálogo com Camões se faz “ouvir” muito diretamente: esta espécie de súplica e constatação, como assinala o último verso, tem muito de semelhante ao exórdio do poeta quinhentista, justamente a D. Sebastião, lembrando-o das glórias portuguesas para alertá-lo, no último canto de *Os Lusíadas*⁶, que

*Não mais, Musa, não mais, que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida;
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho,
Não no dá a Pátria, não, que está metida
No gosto da cobiça e na rudeza
D’hũa austera, apagada e vil tristeza.*

Erguem-se, assim, as vozes dos poetas para elevar a pátria portuguesa, num projeto utópico; no entanto, muito alicerçado no passado, onde o presente e o futuro dos vivos se vê acorrentado pelo peso dos mortos.

A partir da década de 30, porém, com o desenvolvimento do comunismo soviético e a difusão dos Partidos Comunistas, a utopia ganha renovados contornos. Conquistam espaço os textos de engajamento político, denunciadores das injustiças e mazelas sociais e, como já foi mencionado, foi nesse contexto que se desenvolveu, com reconhecida “influência” da segunda geração modernista brasileira, o Neo-Realismo literário português. A título de ilustração, selecionei a epígrafe de *Gaibéus*, de Alves Redol (1939), considerado o primeiro romance neo-realista: “Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo. Depois disso, será o que os outros entenderem”.

Registre-se o tom de preocupação documentarista da obra, na qual o personagem central é o coletivo dos trabalhadores agrícolas envolvidos com a ceifa do arroz. Assim, tinham os neo-realistas a crença de que o texto

⁶ Camões, 1998, p. 545.

literário seria um dos motores da conscientização e transformação social rumo à sociedade comunista, residindo aí o potencial utópico do movimento.

A Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura salazarista, inaugurou um novo tempo e surgiram novos textos diante dessa nova realidade: afixavam-se as lâminas da ficção para recortar a História oficial, fazendo surgir novos sentidos, velhas contradições e uma renovação do sentido de utopia. É certo que, mais tarde, sente-se o peso do desencanto com os descaminhos que tomou o processo revolucionário – o que não impediu que se seguisse buscando novas alternativas, renovados ideais, como tão bem exemplificam os textos do Prêmio Nobel de 1998, José Saramago. Cito, apenas como ilustrativos, o romance *A jangada de pedra*, metáfora para esse “destino” português, a meio caminho do Atlântico, entre o permanecer europeu e o aproximar-se dos seus irmãos brasileiros e africanos; ou ainda do *Ensaio sobre a cegueira*, onde se lê: “Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cêgamos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem” (Saramago, 1997, p. 310); e, finalmente, no seu penúltimo romance, *A caverna*, a pavorosa visão de um mundo de aparências, transformado na clausura da vida consumista dos “centros comerciais”, os *shoppings centers*.

Assim, pelas possibilidades e desafios que comporta, é que é tão gratificante e tão desafiador trabalhar com e no universo das PALAVRAS. Como nos diz Sophia de Mello Breyner Andresen:

Todo poeta, todo o artista é artesão de uma linguagem. Mas o artesanato das artes poéticas não nasce de si mesmo, isto é, da relação com uma matéria, como nas artes artesanais. O artesanato das artes poéticas nasce da própria poesia à qual está consubstancialmente unido. Se um poeta diz “obsuro”, amplo, barco, pedra, é porque estas palavras nomeiam a sua visão do mundo, a sua ligação com as coisas. Não foram palavras escolhidas esteticamente pela sua beleza, foram escolhidas pela sua realidade, pela sua necessidade, pelo seu poder poético de estabelecer uma aliança. E é da obstinação sem tréguas que a poesia exige que nasce o “obstinado rigor” do poema. O verso é denso, tenso como um arco, exatamente dito, porque os dias foram densos, tensos como arcos, exatamente vividos. (...) E no quadro sensível do poema vejo para onde vou, reconheço o meu caminho, o meu reino e a minha vida (*apud* Reis, 1997, p. 512).

E podemos pensar com o famoso poema drummondiano:

*Chega mais perto e contempla as palavras
Cada uma
Tem mil faces secretas sob a face neutra
E te pergunta, sem interesse pela resposta,
Pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?*⁷

Em todos esses casos, a palavra erige-se em ação problematizadora do mundo, em nomeação, descrição e enfrentamento de conflitos. Seja em verso, seja em prosa, a palavra posta em ação não volta atrás e é sempre um manifesto pela liberdade. Selecionei dois versos nesse sentido. O primeiro da própria Andresen (2001, p. 233), onde ela volta a falar nos arcos, nas palavras como armas de liberdade:

*Que poema, de entre todos os poemas,
Página em branco?
Um gesto que se afaste e se desligue tanto
Que atinja o golpe de sol nas janelas.
Nesta página só há angústia a destruir
Um desejo de lisura e branco,
Um arco que se curve - até que o pranto
De todas as palavras se liberte.*

E o outro de Murilo Mendes (2001, p. 127) no qual o ofício da palavra do poeta tem como condição fundamental o princípio da liberdade de pensamento e ação:

*Tenho que dar de comer ao poema.
Novas perturbações me alimentam:
Nem tudo o que penso agora
Posso dizer por papel e tinta.
O poeta já nasce conscrito,
Atento às fascinantes inclinações do erro,
Já nasce com as cicatrizes da liberdade.*

Creio que é este o nosso compromisso como estudiosos e trabalhadores das LETRAS: reconhecer o potencial ativo destes códigos de linguagem para a transformação da vida.

Assim eu chego ao fim e ao princípio desta exposição: se pensarmos que os nossos alunos e nossas alunas são o vir-a-ser desse potencial crítico

⁷ Drummond, 2001, p. 25-26.

e criador da atividade educadora com as palavras – eles então representam, para mim, o resgate e a permanência da utopia. E com eles e elas, bem como junto aos meus colegas, eu reafirmo o compromisso e a ética pela liberdade de pensamento e ação:

*Liberdade, essa palavra
Que o sonho humano alimenta
Que não há ninguém que explique
E ninguém que não entenda*⁸.

Para finalizar: com arte e desejo, a literatura continua sonhando a vida, para que a vida possa continuar a ser sonhada.

Referências Bibliográficas:

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Obra poética I*. Lisboa: Caminho, 2001.
- CAMÕES. *Os Lusíadas*. (Org. Amélia Pinto Pais). Porto: Areal, 1998.
- MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- MENDES, Murilo. *Poesia liberdade*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- PESSOA, Fernando. *O Eu profundo e outros Eus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura*. Coimbra: Almedina, 1997.
- RICOEUR, Paul. *Ideologia e utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- TORGA, Miguel. *Bichos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

⁸ Meireles, 1989, p. 270.